

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO TRIBUNAL DE  
CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA DA 2ª CÂMARA**

**Referência:** Processo nº 1076927

**MATHAUS PHILIPPE FREITAS DA SILVA**

**RESENDE**, brasileiro, solteiro, portador do CPF 106.682.956-00, residente e domiciliado na rua Alexandre de Oliveira, nº 87, bairro Centro, Inhaúma/MG, com os nossos cumprimentos e devido acatamento, pelo presente, em cumprimento a despacho nos autos do processo em epígrafe, **APRESENTAR DEFESA** sobre os fatos narrados na Representação apresentada pela Câmara Municipal de Inhaúma e ainda sobre os apontamentos lançados no relatório técnico da 2ª CFM - 2ª Coord. de Fiscalização dos Municípios conforme a seguir expostos.

**01 – SÍNTESE DA REPRESENTAÇÃO**

Trata-se de representação feita pela Câmara Municipal de Inhaúma, advinda de relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, baseada em suposições de existência de irregularidades em processos licitatórios e gastos excessivos em contratações para eventos em 2017.

Apontaram supostas irregularidades nos seguintes processos licitatórios: Processo Licitatório 10/2017 – Inexigibilidade de Licitação 03/2017; Processo Licitatório 13/2017 – Pregão 03/2017 – Adesão à Ata 01/2017 do Município de Prudente de Moraes; Processo Licitatório 66/2017 – Inexigibilidade de Licitação 10/2017; Processo Licitatório 57/2017 – Pregão 29/2017 – Adesão à Ata 09/2017 do Município de Conceição do Mato Dentro; Processo Licitatório 10/2017 – Inexigibilidade 03/2017.



No relatório do presente processo, o i. Analista concluiu pela procedência parcial da representação, em relação aos seguintes fatos:

*I. Processo Licitatório 10/2017 - Inexigibilidade - 03/2017 - Possíveis irregularidades na condução do processo.*

*II. Processo Licitatório 10/2017 - Inexigibilidade - 03/2017 - Possível irregularidade na contratação da Banda Magia da Terra.*

*IV. Processo Licitatório 13/2017 - Pregão 03/2017 - Adesão à ata 01/2017 do Município de Prudente de Moraes - Possíveis irregularidades na condução do procedimento.*

*V. Processo Licitatório 66/2017 - Inexigibilidade 10/2017 - Possíveis irregularidades na contratação do artista Armando Lopes e Henrique; Pablo Alexandre & Banda; Marcelinho de Lima e Banda Breno Moura.*

*VI. Processo Licitatório 57/2017 - Pregão 29/2017 - Adesão à ata de registro de preço 09/2017 do Município de Conceição do Mato Dentro.*

## **02 – DO MÉRITO DA DEFESA**

### **02.1 - Processo 10/2017 – Inexigibilidade 03/2017 – Possível irregularidade na condução do processo**

O relatório do i. Analista aponta suposta falta de discriminação do valor da apresentação de cada artista/banda contratado no Processo 10/2017 – Inexigibilidade 03/2017, uma vez que foram contratadas 8 (oito) bandas, no valor total de R\$ 175.840,00. Segundo ele, isso dificultaria a análise do preço médio, concluindo pela procedência dos fatos representados.



*Data vênia*, mas sem razão. Conforme se verifica no Processo 10/2017 – Inexigibilidade 03/2017, todos os artistas/bandas foram contratados através do mesmo empresário, qual seja João Lúcio Vinagre da Silva – ME. Tratam-se de artistas que possuem o mesmo padrão artístico, estando no mesmo nível em termos de conceito e popularidade, o que já evidencia que não há variação significativa entre os valores cobrados.

Ademais, as notas fiscais anexas revelam o valor individual pago a cada um dos contratados, apontando o valor efetivamente auferido pelos artistas, demonstrando que não houve nenhuma irregularidade nas contratações.

Vê-se, pois, que o valor pago a cada um está devidamente individualizado, a teor dos documentos enumerados abaixo:

- *Banda Magia da Terra – Notas fiscais de fls. 156 a 179;*
- *Banda Samba Soraia Moreira – Notas fiscais de fls. 134 a 145;*
- *Pablo Alexandre e Banda – Notas fiscais de fls. 189 a 197;*
- *Banda Chama Chuva – Notas fiscais de fls. 65 a 67;*
- *Banda Pura Molekagem – Notas fiscais de fls. 199 a 210*
- *Banda Vira e Mexe – Notas fiscais de fls. 126 a 130;*
- *Banda Casa Blanca – Notas fiscais de fls. 79 a 85;*
- *Banda American Brasil – Notas fiscais de fls. 96 a 106.*

A análise das notas fiscais revela de forma inequívoca que não houve prejuízo ao patrimônio público. Assim, não assiste razão ao i. Analista ao alegar que haveria dificuldade para verificar o valor individual das



apresentações, posto que a mais breve análise dos documentos supra referidos já o revela.

Nesse viés, não ocorreu a alegada violação ao artigo 14, da Lei 8.666/93, uma vez que o objeto da contratação está claramente determinado, bem como porque há no bojo do processo a indicação precisa dos recursos orçamentários.

*Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.*

Desta feita, vê-se que inexistente a suposta violação ao art. 14 da Lei 8.666/93, sendo forçoso concluir que a representação oposta em face do Processo 10/2017 – Inexigibilidade 03/2017 é improcedente.

**02.2 - Processo 10/2017 – Inexigibilidade 03/2017**  
**– Suposta irregularidade na contratação da banda**  
**Magia da Terra**

Segundo o relatório do i. Analista, os documentos anexados aos autos do processo licitatório não demonstrariam o reconhecimento da Banda Magia da Terra pela crítica especializada ou pelo público, razão pela qual concluiu pela procedência dos fatos representados.

Ocorre que, em que pese o entendimento exposto no relatório, temos que o reconhecimento da banda em questão pelo público e pela crítica estão devidamente demonstrados nos autos.

Os documentos anexados aos autos revelam que a banda contratada possui sim reconhecimento do público e crítica especializada. O fato das matérias apresentadas não serem recentes, por si só, não afasta sua capacidade de demonstrar o seu prestígio. Na verdade, o que se verifica é que





se trata de banda tradicional, com carreira consolidada no mercado musical. Tal fato depõe a favor da contratação efetuada, nada dizendo de negativo.

Cumpre observar que Inhaúma/MG é uma cidade pequena, possuindo cerca de 6.271 habitantes. Assim, a contratação de bandas ou artistas que estejam em alto destaque no cenário musical e na mídia seria, notoriamente, demasiado caro, ultrapassando as condições financeiras do Município. Certo é que, se o Município pudesse contratar unicamente artistas que estivessem no auge de suas carreiras, e tivesse que comprovar atenção recente e atual da mídia, ele não conseguiria realizar nenhum evento na cidade, uma vez que quanto maior a fama, mais cara a contratação.

Ademais, atualmente os meios de comunicação tradicional não são os mais utilizados para divulgação artística. Antes, a divulgação de músicos, artistas e bandas é impulsionada pelas redes sociais, com ampla prevalência sobre outros tipos de mídias.

É importante salientar ainda que, ao contratar a Banda Magia da Terra, o Poder Público Municipal prezou pela valorização dos artistas locais, uma vez que a mesma é originária de Inhaúma/MG. Uma vez que o carnaval é uma festa popular tradicional, nada mais justo que contratar uma banda relevante no cenário cultural municipal, que sempre exaltou a cultura local e que faz parte da história da cidade.

O Defendente reside na cidade de Inhaúma/MG. Assim, ele conhecia a banda contratada e sabia da sua relevância e notoriedade no município, razão pela qual não viu irregularidade alguma na sua contratação.

Ora, no caso em apreço, o que se deve considerar é o reconhecimento público no âmbito do Município de Inhaúma, que, como dito, é a cidade onde a Banda Magia da Terra tem suas raízes e é amplamente conhecida. No próprio relatório apresentado nos autos, o i. Analista assim consignou, ao afirmar ser "*... evidente que o reconhecimento da referida banda*



*pelo público local de Inhaúma atende ao disposto no artigo 25, inciso III da Lei 8666/1993.”.*

Em relação à alegação posta no relatório de que não constaria na documentação da banda em comento sua inscrição na Delegacia Regional do Trabalho, certo é que isso não configura irregularidade na contratação.

Isso porque o art. 25, III, da Lei 8.666/93 dispõe o seguinte:

*Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

*(...)*

*III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.*

Vê-se que o artigo acima não exige que o profissional contratado possua registro junto à Delegacia Regional do Trabalho, apenas que ele seja consagrado pela crítica ou pela opinião pública. Assim, ausente previsão legal impondo registro no DRT, notório que não há que se falar em contrariedade à legislação de regência.

Desta feita, forçoso concluir pela improcedência dos fatos representados também nesse aspecto.

**02.3 - Processo 13/2017 – Pregão 03/2017 – Adesão à ata 01/2017 do Município de Prudente de Moraes – Possíveis irregularidade na condução do procedimento**



O relatório dos autos assevera que não foi encontrada a cotação demonstrando a vantagem/interesse público em se realizar a adesão à ata 01/2017 do Município de Prudente de Moraes, que não haveria estimativa de preços das estruturas e que não teria sido dada publicidade à adesão.

Conforme destacado no próprio relatório, *"a adesão à ata de registro de preços de outros órgãos da administração pública é um instrumento de eficiência e economicidade nos processos de contratações realizados pela administração."* Ou seja, não há dúvidas quanto à legalidade desse procedimento.

Em relação ao interesse público, vê-se que a requisição enviada pela secretaria de educação e cultura informou que este estaria configurado, a teor da justificativa. Segundo consta da referida requisição, a secretaria fez os orçamentos, remetendo-se a eles ao dispor que *"A escolha pela adesão à Ata de Registros de Preços do Pregão supracitado justifica-se ainda pela vantajosidade para a Administração Pública, conforme confirmam as propostas anexadas..."*. Ademais, havia urgência na contratação dos serviços, o que também evidencia o interesse na adesão realizada, dada a morosidade inerente aos procedimentos licitatórios.

No que tange à publicidade dada ao procedimento, tem-se que o processo foi conduzido com integral atenção ao art. 37 da Constituição Federal. Isso porque, além da publicidade dada pelo Município gerenciador, Prudente de Moraes, o Município de Inhaúma providenciou a publicação do extrato, como provam os documentos anexos. Salienta-se que, ao constatar que as publicações não haviam sido anexadas aos autos do processo licitatório Processo 13/2017, esse equívoco foi corrigido.

Assim, vê-se que inexistente irregularidade no processo licitatório em comento, não havendo como prosperar a representação também nesse ponto.





**02.4 - Processo 66/2017 – Pregão 03/2017 –  
Inexigibilidade 10/2017 – Possíveis  
irregularidades na contratação do artista  
Armando Lopes e Henrique; Pablo Alexandre &  
Banda; Marcelinho de Lima e Banda Breno Moura.**

O i. Analista consignou que, em relação aos artistas Marcelinho de Lima, e Armando Lopes e Henrique, não haveria justificativa, por parte da Administração Pública, que expusesse os motivos da estimativa de preços ser realizada com apenas dois documentos históricos, o que seria irregular.

Sem razão.

Não há na legislação vigente nenhuma norma exigindo a apresentação de 03 (três) orçamentos para aferição de estimativa de preços. Ainda, vê-se que o precedente destacado pelo i. Analista na fl. 12 do relatório remonta a 2007, notoriamente não representando o entendimento atualizado

Foram anexados aos autos do processo licitatório orçamentos (notas fiscais/recibos) suficientes para compor a estimativa de preços do objeto da contratação. Dada a ausência de quantidade mínima fixada na legislação de regência, certo é que essa análise se insere na discricionariedade administrativa.

Forçoso concluir que tal fato não implica em irregularidade no procedimento licitatório.

No que tange à contratação dos artistas Pablo Alexandre e Banda Breno Moura, o relatório em comento conclui que o valor de contratação do artista ficou cima do valor médio apurado, e a representação seria procedente.





Em relação ao artista Pablo Alexandre, os valores apresentados variavam de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), com valor médio de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). O valor pago ao artista foi de R\$ 3.000,00 (três mil reais), ou seja, a diferença indicada é de apenas R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Ademais, tal diferença se justifica pelo fato de que os contratos/recibos se referem a apresentações contratadas diretamente com ele, antes da contratação de seu empresário, Sr. João Lucio Vinagre da Silva. Ora, é notório que na época em que o artista não estava representado por empresário, com o qual firmou contrato de representação exclusiva, o valor cobrado seria menor. Isso porquê, ao custo do show do artista somou-se o custo da remuneração do empresário.

No que tange à Banda Breno Moura, ainda mais insubsistente a representação. Conforme se verifica dos autos do processo licitatório, as notas fiscais e recibos que instruíram a contratação indicaram valores que variavam de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a R\$ 6.000,00 (seis mil reais), com média equivalente a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Ora, o valor da contratação foi de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais), apenas R\$ 100,00 (cem reais) a mais do que o valor médio apurado, valor claramente módico. Não é sequer razoável crer que essa diferença irrisória seria indicativa de irregularidade, ou capaz de causar prejuízo ao interesse público.

Denota-se que nenhuma das contratações supracitadas ultrapassou o valor máximo dos orçamentos apresentados. Antes, em ambos os casos o valor pago foi, em muito, inferior ao maior orçamento, que equivaliam a R\$ 6.000,00 (seis mil reais) – Breno Moura e Banda, e R\$ 3.000,00 (três mil reais) – Pablo Alexandre.



Desta feita, equivocou-se o r. Analista ao alegar que a contratação dos artistas Pablo Alexandre e Banda Breno Moura teria sido firmada em valor superior ao estimado.

**02.5. Processo 57/2017 – Pregão 29/2017 – Adesão à ata de registro de preço 09/2017 do Município de Conceição do Mato Dentro.**

No que tange ao Processo 57/2017, o i. Analista reiterou que a apresentação de dois orçamentos para estimativa de preços seria irregular, razão pela qual concluiu pela procedência dos fatos representados.

Não obstante, conforme dito acima, a Lei 8.666/93 não exige 03 (três) orçamentos para apuração de estimativa de preços. Assim, se não há na legislação uma quantidade mínima estipulada, certo é que não se afigura como irregular a realização de 02 (dois) orçamentos para fins de estimativa de valor.

Mormente porque, no caso em apreço, os orçamentos destinavam-se a apurar se era vantajosa a adesão à ata de registro de preço 09/2017 do Município de Conceição do Mato Dentro, no bojo do qual já havia sido realizada a aferição de estimativas de preços.

E, a teor dos documentos que instruíram o processo licitatório, restou claro que a adesão seria vantajosa para a Administração Pública, dada a economia proporcionada. Ora, se a adesão assegurou ao Município a locação dos equipamentos pelo melhor valor, certo é que não houve prejuízo algum ao erário municipal.

Antes, o que se conclui é que o processo licitatório em comento observou integralmente os princípios da legalidade, eficiência e economicidade, atendendo ao interesse público municipal.



### **III – PEDIDOS E REQUERIMENTOS**

Diante do exposto, é forçoso concluir que não há irregularidades no Processo Licitatório 10/2017 – Inexigibilidade de Licitação 03/2017; Processo Licitatório 13/2017 – Pregão 03/2017 – Adesão à ata 01/2017 do Município de Prudente de Moraes; Processo Licitatório 66/2017 – Inexigibilidade de Licitação 10/2017; Processo Licitatório 57/2017 – Pregão 29/2017- Adesão à Ata 09/2017 do Município de Conceição do Mato Dentro, razão pela qual requer que a representação em comento não seja admitida.

É o que se requer.

Inhaúma/MG, 09 de abril de 2021.



**MATHAUS PHILIFE FREITAS DA SILVA RESENDE**

CPF 106.682.956-00